

# Capital social, comunidade e democracia

Robert D. Putnam. *Bowling Alone. The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000 (citações conforme First Touchstone Edition 2001). 541 p. Preço: US\$ 16,00

Klaus Frey <sup>1</sup>

No atual contexto de uma economia crescentemente globalizada e movida pela lógica do mercado e do lucro imediato, de uma democracia liberal que carece de legitimidade, com eleitores mantendo-se afastados das urnas eleitorais – pelo menos nos países nos quais o voto não é obrigatório –, e, finalmente, de um Estado enfraquecido, incapaz de prover os serviços essenciais à sociedade, a atenção dos sociólogos, cientistas políticos e até dos economistas se dirigiu, nas últimas duas décadas, para atores e concepções além do mercado e do Estado. O terceiro setor, a sociedade civil, as comunidades locais, as redes sociais ou o capital social são alguns destes novos conceitos que visam fundamentar uma economia diferenciada, mais solidária, uma democracia mais vital, participativa, com cidadãos ativos, engajados em favor do bem comum e, por fim, uma sociedade mais humana. Apesar de compartilharem uma perspectiva positiva e pacífica de convivência social, essas novas tendências teóricas comportam ambivalências e apresentam uma certa tensão entre vertentes que enfocam, por um lado, as oportunidades de emancipação da sociedade e dos cidadãos, a superação das desigualdades sociais e de poder e, por outro lado, outras posições que são inspiradas na suposta harmonia das comunidades tradicionais; baseadas em valores morais comuns e identidades claramente definidas que garantem segurança e

---

1 Diretor do Mestrado em Gestão Urbana da PUCPR e Secretário Executivo do Instituto Ágora – Cidadania Interativa em Curitiba/PR.

solidariedade, mas também uma maior eficiência econômica em face das incertezas do mundo globalizado.

Dentre essas abordagens, a concepção de capital social recebeu grande destaque a partir do debate sobre desenvolvimento local desencadeado pela publicação do livro *Making Democracy Work* de Robert Putnam em 1993.<sup>2</sup> Neste estudo sobre os fundamentos da democracia italiana, Putnam identifica uma alta densidade de associações e a existência de relações sociais de reciprocidade como as principais premissas de uma democracia vital e de um engajamento cívico efetivo. Estes fatores não apenas garantem o caráter democrático da sociedade civil, mas também determinam a performance dos governos locais e de suas instituições. A organização social, sustentada por uma rede de associações civis e por formas de cooperação baseadas em regras compartilhadas e em confiança recíproca, se mostrou fundamental para um bom desempenho das instituições e da eficiência da sociedade e de sua economia.

Em seu estudo sobre a Itália e em seu mais recente livro sobre a sociedade americana, Putnam coletou um montante significativo de evidências que parecem confirmar a suposta correlação entre engajamento cívico e a performance das instituições governamentais e sociais.<sup>3</sup> Em analogia aos conceitos de capital físico e capital humano, para Putnam, “‘capital social’ se refere a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco” (Putnam, 1995: 67). Contudo, capital social é sinônimo da existência de confiança social, normas de reciprocidade, redes de engajamento cívico e, finalmente, de uma democracia saudável e vital, sendo a formação do estoque de capital social resultado de um longo processo histórico. Portanto, foram as diferenças na vida cívica, baseadas em histórias político-institucionais distintas, que Putnam identificou como responsáveis pelas diferenças em relação ao desempenho das

2 A versão em português foi publicada sob o título: *Comunidade e democracia* (Putnam 2000).

3 Resultados preliminares de seu estudo sobre o declínio do capital social encontram-se em um artigo publicado em 1995 no *Journal of Democracy* (Putnam 1995).

instituições, dos governos e, como consequência, do sistema produtivo nas diferentes regiões da Itália.

No capítulo 16 do seu mais recente estudo sobre a vida cívica na América, Putnam igualmente constata uma distribuição bastante díspar do capital social nas diversas regiões do Novo Mundo. Os diferentes padrões de imigração e o sistema da escravidão, que nos estados do sul fundamentou um sistema persistente de desigualdade social, são identificados como fatores responsáveis pelo menor grau de engajamento cívico e conectividade social encontrado nos estados do sul.

Neste estudo, porém, a principal preocupação de Putnam não é explicar diferenças regionais, mas sim compreender a transformação da vida cívica ocorrida nos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Baseado em um material estatístico expressivo, Putnam detectou um crescente desinteresse dos cidadãos americanos em questões relacionadas às comunidades locais a partir dos anos 60 e 70. Seu diagnóstico das tendências do engajamento cívico e do capital social (capítulos 2 – 9) constata um declínio generalizado do engajamento político nos últimos trinta anos; taxas decrescentes de participação em eleições e campanhas eleitorais, uma redução de todo tipo de engajamento direto em questões políticas e governamentais e a diminuição da disposição de se associar a partidos políticos e outras organizações sociais e políticas locais. Este declínio do associativismo não se restringe à vida política, mas se manifesta em todas as esferas da vida cívica e se estende ao envolvimento em grupos religiosos, sindicatos de trabalho, associações de pais e professores e outros tipos de organizações cívicas e fraternais. Até os encontros e atividades sociais informais, o trabalho voluntário e a filantropia têm diminuído significativamente, apesar de existirem algumas tendências antagônicas que, de acordo com Putnam, não são suficientemente relevantes para poder contrariar o diagnóstico geral. Somente no que diz respeito aos pequenos grupos de auto-ajuda e de apoio, e particularmente aos movimentos sociais e ambientais, ele identifica uma tendência clara de crescimento, nos últimos trinta anos. Contudo, Putnam não encontrou nenhuma “evidência que a participação atual nos movimen-

tos sociais de base cresceu nas últimas poucas décadas para compensar o declínio maciço nas formas convencionais da participação social e política” (p.166). No que tange à comunicação mediada por computadores, Putnam lamenta que, pelo menos até hoje, ela careça de mecanismos e usos para reforçar, em vez de substituir, as relações face-a-face. Para Putnam, os avanços efetivos na integração entre o mundo virtual e o mundo real são fundamentais para que a Internet ao invés de reforçar a tendência do enfraquecimento das comunidades locais possa ser parte da solução. “De fato, é difícil imaginar uma solução de nossos dilemas cívicos contemporâneos, sem a comunicação mediada por computadores” (p.180).

Putnam está proporcionando, com base em seus estudos, uma fundamentação empírico-científica da tese da erosão do engajamento cívico público e da atomização progressiva da sociedade contemporânea. De acordo com Putnam, as organizações básicas da vida social são essenciais para o estabelecimento de normas e padrões comuns, para a promoção de confiança social e interpessoal e, no final, para o crescimento do engajamento cívico. A suposição básica de Putnam é que membros de associações tendem a ser política e socialmente mais ativos, dando suporte às normas democráticas. Isto significa que a densidade de *todos os tipos* de associações em uma dada sociedade representa o seu estoque de confiança e reciprocidade, isto é, seu estoque de capital social. Como consequência, Putnam assume que através do levantamento quantitativo do envolvimento e da participação em associações pode ser medido o capital social.

Adotando uma abordagem basicamente quantitativa, Putnam enfrenta o dilema de como tratar os diferentes tipos de associações, cujas particularidades são ignoradas nos *surveys* existentes. No entanto, ser membro de um clube de *bowling* ou de uma escola de samba é certamente algo muito diferente do que ser membro de um partido político ou de uma associação de moradores, sobretudo em termos de exercício de cidadania. Apesar de todos os tipos de associações, em princípio, contribuírem para aumentar as conexões sociais, existe uma diferença muito significativa entre associações cujos objetivos se limitam a prati-

car atividades de lazer ou ritos religiosos, de um lado, e associações engajadas na solução de questões públicas e problemas da coletividade, de outro. Mais curiosa é certamente a idéia de que organizações como, por exemplo, o Comando Vermelho nos morros do Rio ou o Primeiro Comando da Capital, que certamente contribuem para o aumento do grau de conectividade nas suas respectivas populações, isto é, aumenta o capital social, contribui para a formação de uma cultura cívica.

Em parte, Putnam reconhece este dilema e dedica o capítulo 22 a este suposto “lado escuro do capital social”, ao perguntar se o capital social não estaria em guerra com a liberdade e a tolerância (p.351) ou com a igualdade (p.358). Ele mesmo rejeita esta suposição liberal, remetendo aos *surveys* realizados ao longo das últimas décadas que, segundo ele, todos confirmam sua tese do impacto gerador de solidariedade do capital social. Sua avaliação não deixa sombra de dúvidas, tanto no que tange à questão da liberdade e tolerância – “eu não encontrei nenhum único estudo empírico que confirma o suposto vínculo entre envolvimento comunitário e intolerância” (p.355), concluindo que “capital social e tolerância têm uma relação simbiótica” –, quanto no que diz respeito à questão da igualdade: “Comunidade e igualdade se reforçam mutuamente, e não são mutuamente incompatíveis” (p.358).

Essas afirmações inequívocas contrastam com sua própria admissão de que conexões comunitárias podem às vezes ter caráter opressivo (p.357), o que exigiria que se considere “como essa ‘comunidade’ é definida – quem está dentro e, assim, se beneficia do capital social e quem está fora e não se beneficia” (p.358). Mas essas mesmas reservas são prontamente refutadas por ele, ao remeter às evidências empíricas que sustentariam sua tese de que o capital social contribui para aumentar a igualdade, a liberdade e a tolerância.

Em função das dificuldades de lidar com estas ambigüidades da concepção do capital social, Putnam recorre à distinção entre “bonding social capital”, que tende a fortalecer, acima de tudo, o próprio grupo e reforçar as identidades excludentes e os grupos homogêneos, e “bridging social capital” que visa fortale-

cer as relações com o mundo fora do grupo e que abarcam pessoas de diferentes setores sociais (p.22). Enquanto o primeiro tipo de capital social tende a reforçar as lealdades entre os membros do grupo específico, o que muitas vezes se dá às custas das pessoas externas ao grupo, o segundo tipo pode gerar reciprocidade e identidades mais abrangentes e criar laços de conectividade entre diferentes grupos sociais.

Como o próprio Putnam admite, esta distinção conceitual que frisa a ambigüidade inerente ao conceito de capital social não pode, entretanto, ser apreendida através de sua abordagem metodológica, que está baseada em pesquisas meramente quantitativas, uma vez que não existem levantamentos empíricos que levam em consideração a distinção entre estes dois tipos de capital social.

Mesmo enquanto conceituação analítica, a definição funcional de Putnam – que considera redes sociais como capital social só na medida em que contribuem para o engajamento cívico (Wilson, 2001: 225) – vem sofrendo críticas; principalmente quando se tem em vista que até o “bridging”, isto é, o *bom* capital social pode gerar efeitos colaterais altamente negativos para o conjunto da sociedade. Amitai Etzioni (2001) menciona como exemplo bastante ilustrativo as implicações de uma possível aliança entre a máfia siciliana (que por sua vez é uma *ponte* de cinco comunidades) e as máfias russas e israelenses. Ou seja, mesmo o capital social capaz de criar conectividade entre diferentes grupos sociais não gera necessariamente liberdade, tolerância e igualdade. Portanto, seria insuficiente para quem desejasse ver o fortalecimento das comunidades como atores de transformação social, limitar-se a estudar apenas os laços sociais existentes; antes, é indispensável “analisar os mecanismos pelos quais novas culturas morais são formadas, e estudar o que vai impedi-las de perseguir valores que são incompatíveis com uma sociedade livre e justa” (Etzioni, 2001: 224).

Etzioni levanta aqui a questão crucial da relevância de uma ética ou moral comum que está presente em todas as controvérsias entre os defensores de uma reinvenção da concepção da comunidade – tanto em termos práticos quanto teóricos. Convém salientar que só pode haver uma comunidade se também existe uma certa identidade comum, o que implica a necessidade de um

delineamento que separe os membros dos excluídos do grupo. A ambivalência da comunidade como forma de organização social consiste justamente nestas características antagônicas: de um lado, conectando e integrando as pessoas e, com isso, aumentando as possibilidades de um agir mais coordenado e coletivo; de outro lado, recorrendo à exclusão dos outros como base de sustentação da sua própria força e união. O acesso ao grupo é condicionado ao domínio dos códigos culturais e de aptidões e valores compartilhados entre os seus membros. Acontece que em virtude dos processos de modernização e diversificação da sociedade, esses elementos delimitadores que asseguram a coesão das comunidades tendem a afrouxar, tornando-se permeáveis a novos valores e novas influências culturais. Com isso, os códigos, valores e práticas tradicionais da comunidade se transformam em amarras numa sociedade moderna e liberal, tornando, assim, o custo da segurança proporcionado pela comunidade cada vez mais alto: “O preço pago na moeda de liberdade se chama, de forma variada, ‘autonomia’, ‘direito de auto-afirmação’, ‘direito de ser si mesmo’” (Bauman, 2001: 4).

O pensamento comunitarista, que vê o retorno à comunidade como uma alternativa promissora ao mercado e ao Estado na perseguição do desenvolvimento econômico-social, foi freqüentemente percebido como uma ameaça para as conquistas do individualismo liberal. Isto se deu, particularmente, no início dos anos 80, quando autores como Alasdair MacIntyre e Michael Sandel advogaram ainda uma moralidade homogênea, reclamando validade para toda a sociedade (van den Brink, 1995: 16). Mas mesmo Putnam, que com seu estudo empírico enfatiza as redes sociais baseadas em associações cívicas tradicionais, dá suporte à versão mais conservadora do comunitarismo.

Levando em consideração que o ativismo associacional é mais característico das classes médias com nível educacional mais elevado, é preciso estar ciente de que, sobretudo no contexto de desorganização social e grandes desigualdades, a busca pelo capital social nas organizações civis tradicionais pode se mostrar um empreendimento pouco útil. Freqüentemente, as organizações tradicionais da classe média são conservadoras, capazes de

sustentar uma ordem social dada, mas raramente dispostas a contribuir para a transformação social. Particularmente nos países em desenvolvimento, as associações civis tendem a reforçar as desigualdades existentes, as estruturas paternalistas e hierárquicas e privilégios sociais e até a conviver com a corrupção.

Aquelas organizações e associações que Putnam considera mais preparadas para promover o espírito comunitário são exatamente aquelas que tendem a ser mais excludentes, a defender e preservar a ordem e os privilégios existentes e que muitas vezes trabalham em prol da privatização dos espaços e questões públicas. Observa-se, sobretudo nos Estados Unidos, uma aliança estratégica entre comunitarismo e neoliberalismo, que ganhou influência expressiva tanto no campo da teoria como na vida política e social e que defende o fortalecimento das comunidades, acima de tudo, com o intuito de mitigar os efeitos sociais nocivos da liberalização econômica e da desestatização. Deste ângulo, a aposta nas comunidades locais, nas associações sociais e no terceiro setor pode também ser vista como meio de compensação indispensável para garantir a continuidade do processo de transformação econômico-social iniciado como o projeto neoliberal.

Enquanto, à primeira vista, qualquer tipo de ativismo incitado por parte de associações parece apropriado para fomentar práticas de interação social e atitudes de solidariedade, ocorre que muitas vezes essas oportunidades são apenas proporcionadas aos correligionários que compartilham os mesmos interesses e visões de mundo. Tais associações não necessariamente contribuem para a tolerância e uma melhor compreensão de outros e da diferença, o que se faz tanto necessário em nosso mundo cada vez mais complexo e diversificado.

Nos países em desenvolvimento, os processos políticos costumam ser mais repletos de conflitos em função das fricções profundas existentes entre os grupos e classes sociais. No contexto da estrutura de dominação que reina nestes países colocam-se as seguintes questões: existem possibilidades de contribuir para a resolução de conflitos sociais através da mobilização das comunidades locais e do capital social, sem, necessariamente, seguir o modelo habitual caracterizado pelo cooptação dos pobres pela



elite tradicional, pelo clientelismo e o populismo? Podem as comunidades locais se tornar atores relevantes em um processo de contestação e transformação social, estimulando um processo efetivo de emancipação individual e coletivo?

Perante este desafio é evidente que não podemos limitar nossas investigações à densidade das associações, mas que é preciso levar em consideração os tipos de associações e grupos sociais, o grau de envolvimento dos cidadãos em tais grupos, assim como a qualidade da relação estabelecida entre os cidadãos e grupos sociais, de um lado, e os governos e administrações públicas, de outro (Maloney et al., 2000; Lowndes/Wilson, 2001). A partir de uma perspectiva brasileira, parece de fundamental importância, no que diz respeito ao desenvolvimento do capital social, repensar as questões das agentes sociais e dos arranjos institucionais necessários para a mobilização do capital social.

No Brasil, as organizações cívicas tradicionais, que são consideradas por Putnam o capital social mais importante das sociedades modernas, não são vistas como os atores mais promissores no processo de desenvolvimento social; ao passo que as expectativas costumam ser mais direcionadas para os movimentos sociais, os quais desempenharam um papel fundamental no processo de democratização.

No nono capítulo, Putnam considera os movimentos sociais como uma das tendências contrárias ao declínio geral do capital social nos Estados Unidos. Enquanto os dados empíricos parecem indicar uma mera reorientação do engajamento cívico das afiliações 'fora de moda' para as novas formas 'contemporâneas' de associações, particularmente, os movimentos sociais e as organizações do terceiro setor, Putnam vê neste processo uma deterioração qualitativa, alegando que tais relações não passam de afiliações de "talão de cheque" (p.158). Segundo Putnam, "tais organizações não providenciam nem conectividade entre membros, nem engajamento direto em uma forma cívica do dar-e-receber, e certamente elas não representam 'democracia participativa'. Cidadania por representação é um oxímoro" (p.160).

Sua objeção principal contra os movimentos sociais e as organizações do terceiro setor enquanto fontes primordiais do

capital social se baseia na sua suposição de que os laços e obrigações que une os membros destes movimentos sejam mais fracos do que em organizações tradicionais. De acordo com Putnam, é a vida social, o contato face-a-face, que mantém unidas as sociedades, e não o ativismo político em movimentos sociais, a participação em associações do terceiro setor, a colaboração em organizações sem fins lucrativos ou o envolvimento em grupos de ajuda. Segundo Putnam, estes tipos de grupos falham em relação à sua mais importante tarefa: a promoção de confiança social.

Do ponto de vista brasileiro, podemos levantar pelo menos duas objeções: em primeiro lugar, movimentos sociais como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MST) ou organizações não-governamentais como a Pastoral da Criança certamente não são, como Putnam alega, desconectados da sua base social. Ao contrário, e apesar de certas contradições que tais experiências sempre acarretam, são novas formas emergentes de vida social e de engajamento político, capazes não apenas de renovar os laços sociais das comunidades, mas também de promover novas formas de participação pública visando a transformação das condições sociais e políticas.

Em segundo lugar, o declínio das organizações civis convencionais não precisa necessariamente ser interpretado como um mero declínio do engajamento cívico. Antes, pode representar o reconhecimento da necessidade de reinventar as formas de ativismo e envolvimento cívico em uma sociedade crescentemente complexa e pluralista que exige novas formas de organização política e social capazes de promover tolerância, diálogo, compreensão mútua, pontes entre os diferentes grupos sociais, mas também, se for necessário, pressão, contestação e luta contra as injustiças existentes. Como os crescentes estudos empíricos demonstram, no Brasil a sociedade civil assume progressivamente responsabilidade no que diz respeito à “constituição de espaços públicos nos quais as diferenças podem se expressar e se representar em uma negociação possível” (Telles, 1994: 92) e “nos quais os conflitos ganham visibilidade e as diferenças se representam nas razões que constroem os critérios de validade e legitimidade dos interesses e aspirações defendidos como direitos” (idem: 101). Isto significa que, de uma perspectiva emancipatória, a abordagem de Putnam

sobre o capital social é equivocada na medida em que a ênfase é dada na mera densidade das organizações cívicas convencionais. Maior atenção merecem com isso os fatores institucionais e a qualidade das relações estabelecidas entre os grupos intermediários em uma sociedade, como também entre associações e governo (Grix, 2001: 197). As qualidades destas relações parecem cruciais para a possibilidade de mobilização do capital social em benefício de um engajamento político e cívico efetivo.

Se, como argumenta Putnam, tanto comunidades cívicas como não-cívicas costumam reforçar-se cada vez mais, fortalecendo suas próprias características, e se estes dois tipos diferentes de equilíbrio têm raízes históricas e culturais, as autoridades públicas não têm muito a fazer para aumentar o estoque de capital social. Ao considerar o Estado um fator meramente exógeno, Putnam “negligencia o papel desempenhado por estruturas políticas e instituições em moldar o contexto da atividade associativa e, logo, da criação de capital social” (Maloney et al., 2000: 803).

Sem canais de comunicação que proporcionem às organizações comunitárias condições favoráveis para se engajar nas questões públicas, o capital social dificilmente pode ser mobilizado em prol da promoção do bem comum. Neste sentido, a análise de Putnam é “demasiadamente centrada na sociedade, subvalorizando agências estatais e outros fatores políticos associados” (Lowndes/Wilson, 2001: 629). As diferenças relativas à democracia e à performance governamental certamente não estão relacionadas apenas às particularidades sociais e culturais de cada região, como alega Putnam em seu estudo sobre a Itália. Pelo menos o que recentes estudos sobre experiências brasileiras em democracia local mostram é que inovações concernentes ao design institucional fazem de fato a diferença, não apenas para a ampliação da participação política, mas também para o fortalecimento da sociedade civil local e, conseqüentemente, a criação de capital social.<sup>4</sup> Apenas no caso de admitirmos a possibilidade de governos influenciarem o desenvolvimento do capital social, “poderia

4 Em relação à importância de designs discursivos na política brasileira local, ver Frey (2002); em relação ao caso do orçamento participativo e suas conseqüências para o desenvolvimento da sociedade civil: Santos (1998) e Abers (1998).

ser possível romper com os ciclos viciosos ‘não-cívicos’ e promover ativamente a combinação ‘virtuosa’ de engajamento cívico e boa governança” (Lowndes/Wilson, 2001: 631).

Do mesmo modo como o capital financeiro pode ser desperdiçado e simplesmente mantido fora de circulação, como propriedades de terra podem ser improdutivas, também o capital social pode estar inativo, ou até ser prejudicial e contraproducente se não for conduzido de uma maneira a fomentar o bem comum. Essas reservas à abordagem de Putnam não desvalorizam a importante contribuição de seu estudo para a compreensão das transformações ocorridas na constituição organizacional da sociedade civil norte-americana e, de forma geral, para entender a importância do capital social para a vida social. No entanto, essas críticas tornam evidente a decepção quanto à “agenda for social capitalists”, apresentada no capítulo final do livro, que para alguns críticos não passa de um mero “can do’ optimism” (Wilson, 2001: 227).

## Referências bibliográficas

- ABERS, Rebecca. Learning democratic practice: Distributing government resources through popular participation in Porto Alegre, Brazil. In: Mike DOUGLASS and John FRIEDMANN (orgs.). *Cities for Citizens. Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age*. Chichester: John Wiley & Sons, 1998, p. 39-65.
- BAUMAN, Zygmunt. *Community. Seeking safety in an insecure world*. Cambridge: Polity Press, 2001.
- ETZIONI, Amitai. Is bowling together sociologically lite? *Contemporary Sociology*, v. 30, n. 3, p. 223-224, maio 2001.
- FREY, Klaus. Deliberative Demokratie und städtische Nachhaltigkeit. Konzeptionelle Überlegungen und Erfahrungen aus der brasilianischen Kommunalpolitik. *Lateinamerika-Analysen*. Hamburg, v.1, n.1, p. 83-113, 2002.
- GRIX, Jonathan. Social capital as a concept in the social sciences: the current state of the debate. *Democratization*. v. 8, n. 3, p.189-210, 2001.

LOWNDES, Vivien e WILSON, David. Social capital and local governance: exploring the institutional design variable. *Political Studies*. London, v. 49, n. 4, p. 629-647, 2001.

MALONEY, William, SMITH, Graham e STOKER, Gerry. Social capital and urban governance: adding a more contextualised 'top-down' perspective. *Political Studies*. London, v. 48, n. 4, p.802-820, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000 (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*. v. 6, n. 1, p.65-78, jan. 1995.

TELLES, Vera d.S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: Evelina DAGNINO (org.). **Anos 90**. Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.91-102.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Participatory budgeting in Porto Alegre: toward a redistributive democracy. *Politics & Society*. v. 26, n. 4, p. 461-510, 1998.

VAN DEN BRINK, Bert. Die politisch-philosophische Debatte über die demokratische Bürgergesellschaft. In: Bert VAN DEN BRINK e Willem VAN REIJEN (orgs.). **Bürgergesellschaft, Recht und Demokratie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995, p.7-26.

WILSON, John. Dr. Putnam's social lubricant. *Contemporary Sociology*. v. 30, n. 3, 225-227, maio 2001.